

ANÁLISE DO DISCURSO E LEITURA

DISCOURSE ANALYSIS AND READING

Edmundo Narracci Gasparini*

RESUMO: A Análise do Discurso exerceu efeitos significativos na teorização sobre leitura e na prática da leitura em instituições de ensino. Este artigo pretende discutir esses efeitos, apontando tanto para os avanços quanto para os impasses trazidos pela Análise do Discurso. Por um lado, abordar a leitura como produção de sentidos sócio-historicamente determinada permite romper com a perspectiva da leitura como ato comunicativo e colocar em destaque o leitor como intérprete, isto é, como produtor de sentidos sócio-historicamente posicionado. Entretanto, o artigo aponta para a necessidade de que os estudos discursivos às voltas com o fenômeno da leitura se interroguem também sobre o lugar da materialidade linguística do texto no ato de leitura, o que está em consonância com o destaque dado por Michel Pêcheux à materialidade linguística nos procedimentos de análise discursiva por ele delineados.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Leitura. Ideologia. Texto.

ABSTRACT: Discourse Analysis has had meaningful impact on the studies into the act of reading and into the practice of reading in educational institutions. This article has the objective of discussing these effects and pointing out to both the advances and the impasses brought about by Discourse Analysis. On the one hand, to consider reading as production of meaning which is socially and historically determined allows us to break away from the communicative view of reading and emphasize the reader as interpreter, that is, as producer of meaning who is socially and historically positioned. Nevertheless, the article indicates that Discourse Analysis should promote discussion about the role of the text in the act of reading, which is in concordance with the emphasis given by Michel Pêcheux to the linguistic material when it comes to the procedures of discourse analysis which were formulated by him.

KEYWORDS: Discourse Analysis. Reading. Ideology. Text.

A Análise do Discurso², seja no que se refere a estudos de cunho teórico, seja no que concerne às práticas de análise discursiva, exerceu efeitos consideráveis na teorização sobre o fenômeno da leitura e sobre a prática da leitura em instituições de ensino. O presente artigo propõe-se a discutir esses efeitos, apontando tanto para os avanços quanto para os impasses trazidos pela Análise do Discurso para o campo de estudos sobre a leitura e sobre a prática da leitura. Abordamos leitura aqui como produção

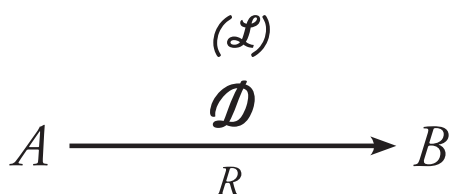
* Professor Adjunto do Departamento de Letras, Artes e Cultura e do Programa de Pós-Graduação em Letras – PROMEL – da Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: gaspar@ufsj.edu.br.

² Referimo-nos aqui à Análise do Discurso fundada na França por Michel Pêcheux.

de sentidos referente a textos orais ou escritos: confrontado com um texto, o leitor é instado a interpretar, a produzir sentidos. Nas palavras de Eni Orlandi,

[...] há uma injunção à interpretação. Diante de um objeto simbólico o homem tem necessidade de interpretar. Ele não pode não interpretar. Esta é uma injunção. E o homem interpreta por filiação, ou seja, filiando-se a este ou aquele sentido, inscrevendo-se nesta ou naquela formação discursiva, em um processo que é um processo de identificação: ao fazer sentido, o sujeito se reconhece em seu gesto de interpretação. Como diz M. Pêcheux [...], “as coisas-a-saber... são sempre tomadas em redes de memória dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação: a transferência não é uma “interação”, e as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são “máquinas de aprender”. (ORLANDI, 1998, p. 19)

Gostaríamos inicialmente de retomar uma questão central para o campo de estudos sobre o discurso, e que será importante na reflexão a ser desenvolvida aqui. Em 1969, Michel Pêcheux publica *Análise Automática do Discurso*, texto que lança as bases para o desenvolvimento da Análise do Discurso. Essencial nesse texto é a retomada do esquema elaborado por Roman Jakobson (no texto *Linguística e Poética*) sobre o ato de comunicação verbal, o que permitirá a Pêcheux (1997a) tecer considerações essenciais sobre o objeto que está ali sendo forjado, qual seja, o discurso. O esquema elaborado por Jakobson é apresentado por Pêcheux (1997a, p. 81) da seguinte forma:



De acordo com o esquema de Jakobson, A – o destinador – envia a B – o destinatário – uma mensagem (D). A mensagem requer um contexto ao qual ela se refere (o referente, R no esquema). Além disso, a mensagem requer também um código comum a A e a B (L no esquema) e, por fim, demanda ainda um contato, um canal físico, uma conexão psicológica (a seta no esquema) que permitirá estabelecer e manter a comunicação. Em suas considerações críticas sobre o esquema, Pêcheux indica que a teoria da informação (que está na base do esquema) considera a mensagem como uma transmissão de informação entre A e B. Para Pêcheux, entretanto, trata-se de “um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 1997a, p. 82). Eis uma questão essencial para a Análise do Discurso, e plena de consequências para uma discussão sobre a leitura e sobre a prática da leitura em instituições de ensino: no que se refere ao discurso, não é de comunicação que se trata, mas de efeito de sentidos. Afirmar que se trata de efeito de sentidos questiona radicalmente a ideia de que o sentido seria comunicado, transmitido, do destinador ao destinatário. Se na perspectiva comunicativa o destinador codifica os sentidos na mensagem e o destinatário decodifica a mensagem para captar o sentido, a Análise do Discurso colocará em destaque que não se trata, no que se refere à mensagem, de um sentido incutido na letra a ser captado, mas de sentidos que, como efeito, atravessam a tomada de palavra que é endereçada a um outro.

Numa visada comunicativa, a leitura seria o momento em que, às voltas com um texto, o destinatário – o leitor – captaria o sentido codificado na mensagem pelo destinador – o autor do texto. Nessa perspectiva, a leitura seria o momento em que haveria uma transmissão de informações entre autor e leitor. O texto seria portador de significações incutidas pelo autor à letra, significações que seriam então resgatadas pelo leitor no ato da leitura. Essa visada comunicativa pode ser vislumbrada na ideia de que, confrontado com um texto, o leitor deveria resgatar as “intenções do autor”, isto é, recuperar aquilo que o autor pretendeu dizer com o texto por ele escrito. A esse respeito, Mary Kato (1999) afirma que

Com a incorporação das noções da pragmática, outra guinada é observada. O foco passa a ser não mais sobre o que o texto diz em função da interação do leitor com os dados linguísticos, mas sobre o que o autor quis dizer, isto é, suas intenções. Nessa visão, o ato de ler passa a ser visto como um ato comunicativo. (KATO, 1999, p. 114-115)

Na guinada da pragmática mencionada por Kato, o texto é considerado lugar da intenção do autor, intenção a ser resgatada pelo leitor no ato de interpretação textual. Nesta visada, uma leitura “correta” seria aquela em que o leitor, fazendo uso de seu conhecimento prévio e das pistas linguísticas deixadas pelo autor, consegue captar as intenções deste último. Vale destacar que, no trecho citado acima, Kato refere-se ao ato de ler como ato comunicativo. Na perspectiva do resgate da intenção do autor, o ato de ler se configura como ato de transmissão de informação, como se o autor comunicasse (através do texto) suas intenções ao leitor.

Para que possamos discutir os efeitos exercidos pela Análise do Discurso nos estudos sobre leitura e sobre a prática da leitura em instituições de ensino, é importante discutir a perspectiva comunicativa da linguagem em sua relação estreita com a ideologia assim como discutida por Louis Althusser em *Aparelhos Ideológicos de Estado* (texto que exerceu efeitos consideráveis no trabalho de Michel Pêcheux a partir de 1975). Althusser (1998) indica que a ideologia, como possuidora de um mecanismo e um funcionamento, interpela os indivíduos em sujeitos, isto é, constitui o sujeito situado no jogo de relações constitutivo de uma formação social. O “indivíduo concreto” é sempre já interpelado, isto é, encontra-se desde sempre – antes mesmo de nascer, afirma Althusser (1998, p. 98) – interpelado pela ideologia.

Importa dizer que a interpelação ideológica é, antes de tudo, um mecanismo que tem por efeito constituir o sujeito como uma evidência. Este, aliás, é o “efeito ideológico elementar” (ALTHUSSER, 1998, p. 94): o sujeito interpelado pela ideologia se reconhece como uma evidência. O que está em jogo aí? Segundo Althusser, a estrutura da ideologia garante a interpelação dos indivíduos como sujeitos, mas garante também o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo e o reconhecimento entre os próprios sujeitos interpelados. Mas se nesse eixo da relação entre os sujeitos interpelados há um reconhecimento engendrado pela ideologia, há por outro lado um desconhecimento essencial – como diz Althusser, a função inversa do reconhecimento ideológico é o

desconhecimento. Portanto, o sujeito que se toma como uma evidência, o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia, é um sujeito que se reconhece como “eu” e que reconhece outros indivíduos interpelados, mas também é um sujeito que desconhece. E o que ele desconhece?

Althusser indica que um dos efeitos da ideologia é a “negação prática do caráter ideológico da ideologia” (ALTHUSSER, 1998, p. 97): aqueles que estão sob efeito da interpelação se pensam, necessariamente, como estando fora dela. Portanto, o que o sujeito desconhece, na medida em que se toma como uma evidência, é justamente o fato de ser interpelado pela ideologia, o fato de que ocupa um lugar no jogo de relações sociais, e que esse lugar é determinante. O reconhecimento ideológico, isto é, reconhecer-se como evidência e reconhecer outros indivíduos interpelados é necessariamente um espaço de desconhecimento, de desconhecimento da determinação social sobre os “indivíduos” (sempre já interpelados em sujeito).

Ora, a ideia de comunicação, a ideia de que o destinador transmite uma mensagem ao destinatário, que por sua vez capta aquilo que o destinador pretendeu transmitir, não seria ideológica por excelência? A ideia de comunicação pressupõe um falante que toma como evidente aquilo que quer transmitir a outro falante que, por sua vez, tomaria também a mensagem como evidente, isto é, como algo que contém uma significação evidente a ser apreendida. No que se refere à leitura, pode-se dizer que concebê-la como “resgate do sentido do texto” ou ainda como “resgate das intenções do autor” é teorizar sob efeito das evidências produzidas pela ideologia. Nessa perspectiva, o texto é, evidentemente, portador de significações incutidas à letra pelo autor, ou portador das “intenções evidentes do autor”, significações / intenções que seriam então resgatadas pelo leitor no ato de leitura.

Em texto escrito em 1975 com Catherine Fuchs, Michel Pêcheux aborda questões importantes no que se refere à discussão feita aqui. Nesse texto, os autores delineiam o que seria o dispositivo de leitura próprio à Análise do Discurso, o que é feito retomando as formulações de Althusser em *Aparelhos Ideológicos de Estado*. O dispositivo de leitura delineado pelos autores tem como função possibilitar uma “análise não-subjetiva dos efeitos de sentido” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 172). O que está em cena aqui é uma análise que não seja afetada pelo “efeito subjetivo da leitura” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 172), ou seja, pelos efeitos de evidência engendrados pela ideologia. Em contraste com a leitura que é a meta de uma análise discursiva, há o que Pêcheux e Fuchs chamam de leitura subjetiva, “segundo a qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 169). O dispositivo de leitura delineado pelos autores em 1975 propõe-se, portanto, a atravessar essa leitura subjetiva, de acordo com a qual um texto teria um sentido a ser resgatado pelo leitor, e a abordar o registro do efeito de sentidos entre locutores, isto é, do efeito de sentidos que são (re)produzidos no jogo de relações sociais.

Importa destacar que na Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux no final dos anos 1960 tratava-se, em ruptura com a Análise de Conteúdo – que buscava responder a perguntas como “O que quer dizer esse texto?”, ou “Que significação contém esse texto?” –, de abordar um *funcionamento* do texto relacionado ao fato de que, se tomado como discurso, um texto é sempre produzido “a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1997a, p. 77), ou seja, situa-se no interior de “*relações de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado” (PÊCHEUX, 1997a, p. 77, grifo do autor). Eis como um texto *funciona*: ele é produzido no espaço das relações que constituem uma formação social. Trata-se, portanto, de que o texto é lugar em que se desdobram efeitos de sentido entre locutores, efeitos determinados no jogo de relações de força que constitui uma formação social. E o dispositivo de leitura delineado por Pêcheux e Fuchs (1997) propõe-se a abordar o nível em que os efeitos de sentidos que atravessam o texto são referidos ao jogo de relações sociais.

As considerações de Pêcheux e Fuchs (1997) sobre o dispositivo de leitura próprio à Análise do Discurso são importantes para a discussão realizada aqui. A leitura subjetiva – isto é, afetada pela ideologia –, “segundo a qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 169), não deixa de estar relacionada a certa maneira de conceber a leitura, qual seja, como resgate de sentidos do texto. E o dispositivo de leitura proposto por Pêcheux e Fuchs (1997), objetivo da Análise do Discurso, faz ruptura com isso. O ponto a ser destacado dessa discussão é que assim como na “análise não-subjetiva dos efeitos de sentido” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 172) delineada por Pêcheux e Fuchs, a prática da leitura em instituições de ensino pode romper com a leitura subjetiva, isto é, com a perspectiva ideológica segundo a qual “um texto é biunivocamente associado a seu sentido” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 169). Romper com a leitura subjetiva é, ao mesmo tempo, uma ruptura com a ideologia.

Para que exploremos essa possibilidade – qual seja, a de promover a leitura em ruptura com a leitura subjetiva (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 169) –, gostaríamos de abordar as considerações tecidas por Maria José Coracini em *O jogo discursivo na aula de leitura*. Segundo Coracini, leitura deve ser entendida como

[...] um processo discursivo no qual se inserem os sujeitos produtores de sentido – o autor e o leitor –, ambos sócio-historicamente determinados e ideologicamente constituídos. É o momento histórico-social que determina o comportamento, as atitudes, a linguagem de um e de outro e a própria configuração do sentido. (CORACINI, 1995, p. 15)

De acordo com Coracini, o texto não pode ser considerado “o receptáculo fiel do sentido” (CORACINI, 1995, p. 16). A autora indica também que é vã a busca pela intenção do autor, pois tal intenção será sempre uma construção, “fruto da interpretação de um dado leitor num dado momento e lugar” (CORACINI, 1995, p. 17). Para Coracini, não é o texto que determina as leituras, mas sim o leitor em sua condição de sujeito determinado pelo discurso, e que não tem controle consciente sobre a linguagem e os sentidos.

Fundamentada em estudos discursivos sobre aulas de língua materna e estrangeira que tomam textos como objeto de estudo (em escolas de nível fundamental e médio), Coracini indica que predomina na escola um trabalho em que o texto é abordado como se fosse portador de sentidos intrínsecos à letra:

O texto constitui, na escola, o lugar instituído do saber e, por isso mesmo, funciona pedagogicamente como objeto onde se inscreve, objetivamente a verdade, que parece atemporal e definitiva, verdade essa a ser decifrada (des-coberta) e assimilada pelo aluno; e nisto consiste a aprendizagem que será avaliada em função do maior ou menor grau de assimilação. (CORACINI, 1995, p. 18)

O estudo feito por Coracini indica também que, com frequência, o trabalho com textos realizado na escola restringe-se à tradução do texto, ou à sua leitura em voz alta, ou ainda ao trabalho com algum ponto gramatical presente no texto. As considerações da autora indicam que o leitor é frequentemente silenciado em sua condição de intérprete, pois raramente é dada a ele a oportunidade para se posicionar em relação ao material lido, para discutir os textos trabalhados em sala de aula: “em momento algum este [o aluno] é colocado livremente diante do texto para refletir sozinho, tirar suas próprias conclusões, selecionar o que para ele é importante e poder, assim, comparar a sua leitura à do professor e dos demais colegas” (CORACINI, 1995, p. 62).

Em um estudo sobre livros didáticos utilizados em aulas de inglês como língua estrangeira, Marisa Grigoletto discute o lugar reservado ao leitor na escola de nível fundamental e médio: haveria espaço para a interpretação do aluno sobre o que ele lê? Os resultados do estudo indicam que há, nos livros analisados, um movimento de “interdição da interpretação” (GRIGOLETTO, 1999, p. 88): em grande parte das atividades analisadas, o que predomina é o “mero reconhecimento de conteúdo factual, por meio de perguntas de compreensão geralmente óbvias” (GRIGOLETTO, 1999, p. 81). Importante na discussão feita por Grigoletto é a ideia de “O que se nega ao aluno, e também ao professor, já que deste se espera que siga fielmente as instruções do LD [livro didático], é a construção do sentido na sua necessária historicidade” (GRIGOLETTO, 1999, p. 83). A autora indica, portanto, que os livros analisados promovem “a negação da historicidade do texto e do leitor” (GRIGOLETTO, 1999, p. 83). Sobre a negação da historicidade do texto, Grigoletto afirma que nas atividades analisadas há um “apagamento do contexto no qual o texto foi produzido originalmente [...] e conseqüente desistoricização do texto” (GRIGOLETTO, 1999, p. 84). No que se refere ao leitor, a ideia fundamental é que o leitor é impedido de construir sentidos para o texto a partir dos discursos que determinam o seu dizer: trata-se de “uma leitura que não mobiliza o interdiscurso” (GRIGOLETTO, 1999, p. 87).

Embora os trabalhos de Coracini (1995) e Grigoletto (1999) coloquem sob discussão práticas de leitura nas quais se pode entrever a interdição da interpretação, o silenciamento do leitor, tais trabalhos permitem por outro lado vislumbrar a possibilidade de que as práticas de leitura se constituam de forma diferente. Conceber a leitura como produção de sentidos sócio-historicamente determinada pode ter efeitos significativos nas práticas de leitura, tais como o de permitir ao leitor posicionar-se em relação ao texto e produzir sentidos a partir de suas próprias determinações sócio-

-históricas. Ou, como diz Grigoletto (1999), possibilitar leituras que mobilizem o interdiscurso, e que não se restrinjam ao simples reconhecimento do conteúdo factual presente no texto.

Entretanto, se por um lado a Análise do Discurso pode exercer efeitos significativos nas práticas de leitura em instituições de ensino, por outro lado deve-se também destacar um impasse que tal possibilidade coloca. Se, de acordo com as considerações tecidas neste artigo, o texto não contém uma significação que seria a ele intrínseco, isto é, se a leitura vai estar sempre na dependência de um leitor que interpreta a partir de sua posição no jogo de relações sociais, qual seria então o lugar do texto no ato de leitura? Essa questão poderia receber uma maior atenção por parte daqueles envolvidos em trabalhos no âmbito da Análise do Discurso que abordam o fenômeno da leitura e a prática da leitura em instituições de ensino.

Sobre essa questão, gostaríamos de retomar algumas considerações de Umberto Eco (1997) no livro *Interpretação e Superinterpretação*. Embora não se trate de um trabalho fundamentado na Análise do Discurso, ele não deixa de trazer uma reflexão importante para a questão que estamos discutindo aqui. Segundo Eco, “Dizer que a interpretação [...] é potencialmente ilimitada não significa que a interpretação não tenha objeto e que corra por conta própria. Dizer que um texto potencialmente não tem fim não significa que todo ato de interpretação possa ter um final feliz” (ECO, 1997, p. 28). O autor parece colocar em destaque que se por um lado há um leitor que interpreta, por outro não se deve negligenciar o fato de que existe também um objeto interpretado. Contudo, cabe ainda perguntar: se não é de sentido inculcido à letra que se trata, o que o texto coloca em cena quando se trata de sua leitura? Segundo Eco, “as palavras trazidas pelo autor são um conjunto um tanto embaraçoso de evidências materiais que o leitor não pode deixar passar em silêncio, nem em barulho” (ECO, 1997, p. 28). É relevante notar que o autor refere-se a uma materialidade das palavras que o leitor não pode negligenciar. Por conseguinte, se por um lado um texto não contém um sentido inculcido à letra, por outro ele é uma materialidade linguística que exercerá efeitos na maneira pela qual a leitura do texto se configura. Se há de fato um objeto a ser interpretado, ele se refere à materialidade mencionada por Eco, ou seja, à materialidade linguística do texto. A leitura é interpretação discursivamente determinada, mas tem como objeto uma materialidade linguística que, se por um lado não possui um significado intrínseco, não deixa de exercer efeitos na produção de sentidos.

Relevante para esta discussão é o texto *A leitura errada existe*, de Sírio Possenti. Neste texto, o autor indica que houve uma “avassaladora moda de estruturalismo, que teimava em extrair o sentido *só* do texto” (POSSENTI, 1992, p. 12, grifo do autor). O autor refere-se então a uma espécie de crise, consequência de fatores diversos, que questionou a visada estruturalista e colocou em destaque que o texto poderia ter mais de um sentido:

Descoberta a impotência do texto para ser o árbitro da pendenga pelo sentido, decidiu-se em alguns arraiais promover duas alterações táticas importantes: a primeira foi deslocar o centro da questão para o leitor; a segunda foi abandonar a exigência

do sentido correto (a tal ponto que falar em leitura correta ou errada já coloca o impertinente autor de tal ousadia na marginalidade). O que parece que resta como única possibilidade é explicar por que o leitor leu o que leu, e não mais por que um texto pode significar isto ou aquilo, ou isto e aquilo.

Explicar a leitura do leitor – por que um leitor leu o que leu – é uma questão absolutamente legítima, algo que, aliás, pode ser feito compativelmente com explicar leituras com base no texto. Isto é, ao se discutir por que alguém leu um texto como leu, uma das possibilidades a ser contemplada é que se conclua que o leitor pode ter manobrado mal. Que se explique que tenha lido o que leu, mas que não se pode concordar com a leitura. (POSSENTI, 1992, p. 13)

A argumentação de Possenti aponta para uma questão importante, e que com frequência os trabalhos fundamentados na Análise do Discurso deixam intocada: o fato de que, em sua interpretação, o leitor pode manobrar mal. Sem dúvida, é impossível delimitar *a priori* os limites entre o que seria, para um determinado texto, uma leitura aceitável e outra que seria incorreta. Entretanto, essa dificuldade não invalida o fato de que o leitor pode manobrar mal. É certo que as práticas de leitura podem promover a condição de intérprete do leitor, dar a ele a oportunidade para se posicionar em relação ao texto, isto é, promover a leitura para além do “mero reconhecimento de conteúdo factual” (GRIGOLETTO, 1999, p. 81) e possibilitar “a construção do sentido na sua necessária historicidade” (GRIGOLETTO, 1999, p. 83). Entretanto, é também essencial que as práticas de leitura não resvaluem para uma espécie de vale-tudo, isto é, para uma prática em que qualquer interpretação seja considerada igualmente legítima, possibilidade esta vislumbrada por Possenti: “[...] quando se argumenta com alguém que tal autor não pensa ou tal texto não significa o que se lhes atribui, pode-se ouvir a seguinte resposta (pós-moderna, pós-tudo): ‘mas esta é a *minha* leitura!’” (POSSENTI, 1992, p. 13, grifo do autor).

Digna de nota na argumentação de Possenti é a ideia de que o tempo da crise por ele mencionada – crise que advém com o questionamento de que o sentido estaria incutido no texto, crise que leva à colocação do leitor no centro da questão – é o tempo do surgimento das teorias do discurso. Mencionando que “a análise do discurso também cometeu seus equívocos” (POSSENTI, 1992, p. 13), o autor faz uma afirmação digna de nota sobre a Análise do Discurso:

Exatamente o mesmo movimento intelectual que se apoia com muita justiça e alguma ignorância nos estudos da ideologia e do inconsciente em sua relação com a língua(gem) e que, em consequência das luzes que aí encontra, denuncia o equívoco que é imaginar-se que o falante possa deter o controle do sentido do texto que emite se tornou em pouco tempo o campeão da defesa da autonomia e da intangibilidade do leitor [...]. (POSSENTI, 1992, p. 14)

No que se refere à crítica de Possenti, talvez não seja sem relevância colocar em destaque algo que, de acordo com Michel Pêcheux, é fundamental para o campo da Análise do Discurso: a língua é sempre condição do discurso. Nas palavras de Nina Leite, a língua na Análise do Discurso de Michel Pêcheux é “condição *material* de base do discurso” (LEITE, 1994, p. 137, grifo da autora). Portanto, se estamos sugerindo a possibilidade de considerar a prática de leitura em instituições de ensino no que ela

pode ter em comum com a prática do analista no âmbito da Análise do Discurso, é necessário destacar que a materialidade linguística é, no percurso teórico de Michel Pêcheux, um elemento essencial tanto no que se refere à teoria dos discursos quanto no que concerne às práticas de análise.

Sobre essa questão, é importante dizer que, ao longo de seu percurso teórico, Pêcheux muda a forma pela qual concebe a materialidade linguística do discurso. Num primeiro momento, Pêcheux aborda a língua colocando em destaque seu funcionamento como sistema regido por leis abordáveis no campo da Linguística, isto é, por leis fonológicas, morfológicas, sintáticas, etc. O sistema da língua é dotado de uma autonomia relativa, pois coloca em cena um funcionamento que só parcialmente é linguístico. O que se enfatiza nesse momento é justamente o fato de que a “base linguística” (PÊCHEUX, 1988, p. 91) distingue-se dos processos discursivos, correspondendo ao lugar material onde se realizam os efeitos de sentido constituídos em nível dos processos discursivos. Num momento posterior de seu percurso teórico, momento marcado por uma aproximação com a Psicanálise, Pêcheux aborda a língua como *la-langue*, alíngua, termo que remete ao ponto em que existe língua e existe inconsciente. O ponto a ser destacado nessa discussão refere-se a que, a despeito dessa mudança na forma de considerar a língua, a materialidade linguística é sempre um elemento relevante na teorização de Pêcheux.

A esse respeito, vale indicar que em um momento inicial de sua trajetória (até aproximadamente 1975), Pêcheux afirmava que uma análise deveria ser realizada em duas etapas sucessivas: primeiro, haveria uma análise linguística do material, feita até mesmo nos moldes da Gramática Gerativo-Transformacional; num segundo momento, haveria uma análise de cunho discursivo que abordaria os efeitos de sentido produzidos na materialidade da língua como efeito dos processos discursivos. Fica evidenciada aqui a importância da língua na análise dos processos discursivos constitutivos do sentido, eis o ponto a ser destacado. Posteriormente, há uma mudança significativa em relação ao procedimento de análise. No texto *O Discurso: estrutura ou acontecimento?*, Pêcheux (1997b) indica que uma análise deve ser feita numa alternância entre a descrição de arranjos linguísticos e a interpretação. Não se trata de duas fases sucessivas, mas sim de alternância, diz Pêcheux.

O texto *O Discurso: estrutura ou acontecimento?* situa-se num momento de nítida aproximação com a Psicanálise, momento em que – como afirmamos acima – a língua foi abordada por Pêcheux em sua articulação com o inconsciente, isto é, como *la-langue*. Contudo, dá-se ainda à materialidade linguística um lugar privilegiado, a despeito da mudança na maneira de concebê-la. É o que a análise do enunciado *On a gagné* – Ganhamos (que circulou em diferentes cidades da França em 1981, quando François Mitterrand foi eleito presidente), feita em *O discurso: estrutura ou acontecimento?*, permite vislumbrar. É a descrição da materialidade linguística do enunciado que dá sustentação à interpretação do enunciado, remetendo-o para além de sua inserção

num universo de estabilidade lógica, a partir do qual – bem como numa partida esportiva – Mitterrand venceu, ponto final. É a descrição da materialidade linguística de *On a gagné* que fundamenta a problematização da vitória de Mitterrand: o pronome indefinido *on*, designando pessoas de uma maneira geral, deixa indefinido aquele que ganhou. Pêcheux indica também que em *On a gagné* a alegria da vitória é enunciada sem complementação, pois o verbo *gagner* vem sem objetos. Embora os complementos possam ser supostos, não se pode mostrar de forma unívoca aquilo de que se trata. Portanto, é a descrição da materialidade léxico-sintática do enunciado que permite a Pêcheux (1997b) colocar em destaque a opacidade de *On a gagné* e questionar a “evidência” da vitória de Mitterrand, remetendo-nos para além da inscrição dessa vitória num universo de estabilidade lógica.

Discutimos anteriormente o dispositivo de análise delineado por Pêcheux e Fuchs (1997). A respeito desse dispositivo, que busca romper com a leitura subjetiva – isto é, com a leitura afetada pela ideologia –, deve-se dizer que ele privilegia a língua como ponto a partir do qual a evidência da leitura subjetiva pode ser atravessada: “a AAD [Análise Automática do Discurso], que deseja ‘atravessar o efeito-sujeito’, deve aferir onde ela o atravessa *na língua*” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 174, grifo dos autores). Levar em consideração a materialidade linguística fundamenta a abordagem não ideológica do sentido proposta por Pêcheux e Fuchs (1997).

Portanto, acreditamos que a produção teórica de Pêcheux coloca em cena um elemento que permite lidar com o equívoco mencionado por Possenti em *A leitura errada existe*. Assim como a materialidade linguística é um elemento central nos procedimentos de análise delineados por Michel Pêcheux ao longo de sua trajetória teórica, acreditamos que ela é também um elemento fundamental no que se refere à compreensão do fenômeno da leitura e à prática da leitura em instituições de ensino. A materialidade linguística do texto é um elemento que pode fundamentar o atravessamento da leitura subjetiva, isto é, que pode permitir uma leitura em ruptura com a evidência ideológica “segundo a qual um texto é biunivocamente associado a seu sentido” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 169). Simplesmente ignorar tal materialidade pode promover práticas de leituras que apenas reproduzem a ordem das significações já estabelecidas, a despeito da materialidade linguística do texto.

Em face desse estado de coisas, acreditamos que aqueles envolvidos com a prática da leitura em instituições de ensino devem ter um compromisso ético: promover a condição de intérprete do leitor, ou seja, promover leituras que mobilizem o interdiscurso (cf. GRIGOLETTO, 1999, p. 87). Entretanto, é também fundamental não desconsiderar o fato de que, como aponta Possenti (1992), o leitor pode manobrar mal.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- CORACINI, M. J. F. R. (org.). *O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira*. Campinas: Pontes Editores, 1995.
- ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- GRIGOLETTO, M. Seções de leitura no livro didático de língua estrangeira: lugar de interpretação? In: CORACINI, M. J. R. F. (org.). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. Campinas: Pontes 1999, p. 79-91.
- KATO, M. *O aprendizado da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LEITE, N. *Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.
- ORLANDI, E. (Org.). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1997a, p. 61-161.
- _____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997b.
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1988.
- _____.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1997, p. 163-253.
- POSSENTI, S. A leitura errada existe. *Leitura: teoria e prática*, v. 9, n. 15, p. 12-16, 1992.

Recebido em: 01 de abril de 2015
Aprovado em: 22 de junho de 2015